



O debate da gestão econômica na Revolução Cubana de 1963 e 1964

Robert Luciano Assolari Euzebio¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar como ocorreu o debate sobre a gestão econômica das empresas estatais na transição socialista em Cuba de 1963 a 1964, que ficou conhecido como “El Gran Debate”. A revolução socialista em Cuba iniciada em 1959 abriu uma série de possibilidades de como poderia ser a organização da economia na ilha, a influência soviética e as características típicas de um país dependente latino-americano abriram novas indagações sobre o tema. O presente trabalho apresenta uma contextualização e sintetização dos textos elaborados no “El Gran Debate” que teve grande destaque na ilha.

Palavras chave: Cuba, debate econômico, socialismo.

El debate sobre la gestión económica de la Revolución Cubana de 1963 y 1964

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar cómo ocurrió el debate sobre la gestión económica de las empresas estatales en la transición socialista en Cuba de 1963 a 1964, que se conoció como "El Gran Debate". La revolución socialista en Cuba, iniciada en 1959, abrió una serie de posibilidades sobre cómo podría organizarse la economía en la isla. La influencia soviética y las características típicas de un país dependiente latinoamericano abrieron nuevas interrogantes sobre el tema. Este trabajo presenta una contextualización y síntesis de los textos elaborados en "El Gran Debate", que tuvo gran relevancia en la isla.

Palabras clave: Cuba, debate económico, socialismo.

The debate on the economic debate of the Cuban Revolution of 1963 and 1964

Abstract

The aim of this article is to present how the debate on the economic management of state-owned enterprises unfolded during Cuba's socialist transition from 1963 to 1964, which became known as “El Gran Debate.” The socialist revolution in Cuba, which began in 1959, opened up a series of possibilities for how the island's economy could be organized. Meanwhile, Soviet influence and the typical characteristics of a dependent Latin American country raised new questions on the topic. This study provides a contextualization and synthesis of the texts produced during “El Gran Debate,” which gained significant prominence on the island.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia (IE) - Unicamp. Bacharel em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Integrante do Grupo de Pesquisa Marxismo e Política (GEMP-UNILA). E-mail: robbert.euzebio@gmail.com.

Key words: Cuba, economic debate, socialism.

Introdução

A revolução cubana de 1959 abriu um novo horizonte sobre formas de organização social e econômica. Em primeiro lugar, trata-se de uma revolução de cunho socialista que ocorreu na periferia do sistema, assim como observado também nos casos da Rússia e China. As formações sociais diversas dessas sociedades eram, em muitos aspectos, diferentes das analisadas por Marx e Engels em suas teorias (Vasconcelos, 2014), apresentando novos desafios para o tema da revolução. Segundo, Cuba divergiu ainda mais, já que a revolução ocorreu em uma ilha de 109.884km², o que impossibilitava qualquer tipo de soberania produtiva no país², e mais do que isso, tinha sua economia ligada à agroexportação de cana-de-açúcar e seus derivados, o que era característico de um Estado dependente latino-americano (Bambirra, 2024, p.41-69). E terceiro, a ilha funcionava como uma espécie de “colônia de férias” dos EUA, ficando próximo ao seu território, isso em plena guerra fria. Esses elementos corroboraram para que a revolução nacional-democrática ocorrida em 1º de janeiro em 1959 ganhasse um caráter socialista após a tentativa de invasão estadunidense em *La Batalla de Girón*³ (Bambirra, 2024).

A revolução ocorreu junto a uma série de embargos econômicos dos EUA, o que fez com que o governo logo voltasse seus acordos econômicos para a URSS e outros países socialistas. Os objetivos do governo cubano eram, acima de tudo, melhorar as condições de vida da população, realizar a expropriação de empresas estrangeiras e fazer a reforma agrária, além de diversificar a produção da ilha. Che Guevara teve um papel importante nesse contexto, apesar de médico, sua função consistiu em atuar na elaboração do novo modelo econômico do país, primeiro sendo presidente do Banco Nacional de Cuba (BNC), comandando o Departamento de Industrialização (DI),⁴ e, em seguida, o Ministério de Indústrias. O BNC, que

² Para efeitos de comparação, a Rússia (país que hoje representa a maior parte do território da antiga União Soviética) atualmente tem mais de 17 milhões de km² territoriais e a China tem mais de 9 milhões de km². (ONU, 2024) Talvez, seria preferível comparar Cuba com outros países socialistas menores do leste europeu, como Albânia e Hungria, de qualquer modo estes países não constituíam a mesma organização política e econômica de Cuba, sendo conhecidos como *países satélites* da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

³ Tentativa de invasão contrarrevolucionária feita por estadunidenses e cubanos antirrevolucionários ocorreu em abril de 1961, evento que também ficou conhecido como invasão à baía dos porcos.

⁴ Órgão ligado ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), criado com a responsabilidade de administrar as empresas que haviam sido submetidas à intervenção do governo, “quer porque seus proprietários eram ligados ao antigo regime e enriqueceram com dinheiro público, quer porque seus donos deixaram o país e as abandonaram” (Pericás, 2018, p.37).

tinha pouco menos de 10 anos de existência, era uma instituição de prestígio, com funções de avaliação e de estudos econômicos, entretanto com a chegada de Guevara à presidência seus objetivos foram transformados, de forma a pensar o desenvolvimento econômico e industrial em Cuba. (Pericás, 2018).

Já quanto ao DI, Che pôde idealizá-lo da maneira que gostaria e, em pouco tempo, assumiu diversas empresas sob o aval do Ministério do Trabalho. O departamento podia intervir em toda empresa no território cubano, podendo responsabilizar-se pela sua gestão, tendo como objetivos evitar a descapitalização, a sabotagem na produção e prováveis abusos dos seus donos (Pericás, 2018). Dessa forma é que Che iniciou sua coordenação da economia e da indústria cubanas, sendo também o começo da idealização do Sistema Orçamentário de Financiamento (SOF)⁵.

A influência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) era nítida nos debates sobre o desenvolvimento econômico na ilha, a questão da industrialização e a independência econômica eram os alvos de todos os economistas latino-americanos nos anos de 1960, reverberando em Che e em outros quadros do governo.

[...] a influência do pensamento cepalino naqueles primeiros momentos da revolução. De acordo com os principais teóricos da comissão, seria necessário fazer um condicionamento estrutural das relações de troca com os centros, combinando racionalmente as exportações industriais com a substituição de importações. Raúl Prebisch comentava que seu objetivo era a transformação do sistema por meio de soluções concretas, a partir da socialização do excedente econômico, corrigindo, consequentemente, as imensas desigualdades no campo social e acelerando o ritmo da acumulação (Pericás, 2018, p.43, grifo nosso).

Posteriormente, o guerrilheiro argentino teve papel decisivo nas negociações com o bloco socialista, viajando pelos países e formando acordos que visavam diversificar o modelo industrial do país. Todavia, nos primeiros anos da revolução, a ilha caminhava a passos lentos para a consolidação da sua indústria mais diversificada, ainda sem eficiência, causada pela escassez de matéria-prima e, consequentemente, de produtos. Além disso, a série de acordos com o bloco socialista, que buscava solucionar a insuficiência na produção, criou uma grande dependência econômica de Cuba em relação aos países socialistas europeus, havendo inúmeros especialistas externos (em sua maioria soviéticos) atuando em diversos setores da indústria. Cuba, apesar de criar uma “nova economia”, via-se dependente do bloco socialista enquanto não desenvolvesse uma força de trabalho própria e matérias-primas que resolvessem o problema

⁵ Em espanhol *Sistema Presupuestario de Financiamiento*.

da falta de organização, manutenção e escassez (Pericás, 2018). É nesse contexto que o governo cubano iniciou uma série de discussões sobre como ocorreria o processo de condução das empresas estatizadas na década de 1960.

Assim, este artigo trata-se de uma apresentação e sintetização do debate ocorrido na transição ao socialismo em Cuba entre 1963 e 1964, que ficou conhecido como “El Gran Debate”, dialogando com um trabalho mais amplo, no qual é discutida a influência da teoria marxista e do debate soviético até a repercussão em Cuba (Euzebio, 2024). Portanto, atentamos ao leitor que o objetivo aqui é apontar que, apesar de ser um debate teórico no campo econômico, buscamos evidenciar que a preocupação dos autores é essencialmente política, sendo a finalidade não só a organização econômica das empresas, mas as possibilidades das formas de organização socialista.

O surgimento do debate

A discussão acerca da eficiência da planificação econômica centralizada já era debatida desde 1959 no bloco soviético e no leste europeu. A crise da desestalinização⁶ da URSS e o surgimento de uma política econômica reformista na Iugoslávia foram os primeiros elementos desse grande debate que reverberou em Cuba nos anos seguintes.

Na Europa socialista ocorreu a consolidação de políticas da lei do valor (isto é, de práticas mercantis no socialismo) e de um mercado privado descentralizado na indústria. Ao longo do século XX, os soviéticos tiveram grande influência sobre partidos comunistas ou outras experiências socialistas, esta influência esteve presente na divulgação e tradução de obras marxistas e de manuais escritos pela Academia de Ciências da URSS, como *História das doutrinas econômicas* (1967), *Materialismo Dialético* (1955), entre outros, o que possui maior importância no debate sobre a organização econômica no socialismo, foi o *Manual de Economia Política* de 1959. Também foram muito recorrentes na academia de ciências da URSS as publicações de escritos de Lenin e Stalin, na qual destacamos a importância do texto de Stalin chamado *Problemas Econômicos do Socialismo na URSS* (1953), de grande relevância nas discussões sobre o modelo econômico socialista. Estes escritos incidiram na organização dos partidos e nos modelos implementados nos países socialistas, como veremos adiante os

⁶ Por desestalinização compreendemos as mudanças nas políticas elaboradas até 1953 por Josef Stalin na URSS. O XX do Partido Comunista em 1956 representou um rompimento com estas políticas, Nikita Khrushchov (novo Primeiro-Ministro soviético) foi responsável por denunciar e criticar as políticas arbitrárias de Stalin em seu discurso chamado “*Informe Secreto al XX Congreso del PCUS*” (1956).

manuais foram parte importante no “El Gran Debate”.

Além disso, faz-se necessário explicitar ao leitor o que se entende por “lei do valor”, o conceito é central na obra de Karl Marx ao analisar como é obtido o valor de uma mercadoria produzida no modo de produção capitalista, para Marx o valor de mercadoria produzida é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário (Marx, 2013). Apesar de essa ser a definição mais concebível da expressão da lei do valor, ela pode ser compreendida de outros modos dentro da teoria marxista (Andrade, 2007), todavia, todas essas dimensões da lei do valor “corresponde a uma determinada forma social e histórica de produção de riqueza, no caso a mercantil-capitalista” (Andrade, 2007, p.7). É no advento da revolução socialista na Rússia, que a concepção de existência da lei do valor no socialismo vai ser defendida por Stalin (1953), e reforçada nos manuais soviéticos (1961), reverberando a discussão em outras experiências socialistas.

Guevara não concordava com a utilização desse método no socialismo, desde o início o Ministro de Indústrias da revolução cubana já elaborava um sistema de contabilidade das empresas com características próprias, utilizando-se da organização das empresas expropriadas do monopólio estadunidense, que residiam no DI, e posteriormente no seu ministério, esta nova configuração viria a ser o SOF. Por outro lado, alguns quadros econômicos de Cuba concordavam com as teses soviéticas sobre a descentralização como maior eficiência no desenvolvimento econômico, assim defendendo um modelo semelhante ao soviético, chamado de Cálculo Econômico (CE). A partir deste contexto, o embrião da polêmica já estava concebido (Pericás, 2018).

O debate sobre como deveriam ser geridas as empresas cubanas ficou conhecido como “El Gran Debate”, ele consistiu numa série de artigos elaborados entre junho de 1963 a dezembro 1964. Guevara foi o maior contribuidor do debate, não só em número de textos, no qual contribuiu com cinco artigos, mas também por coordenar a criação da Revista *Nuestra Industria Económica*⁷ (1963) que, juntamente com a revista *Cuba Socialista*⁸, foram os veículos oficiais responsáveis pela divulgação das discussões⁹ (Pericás, 2018).

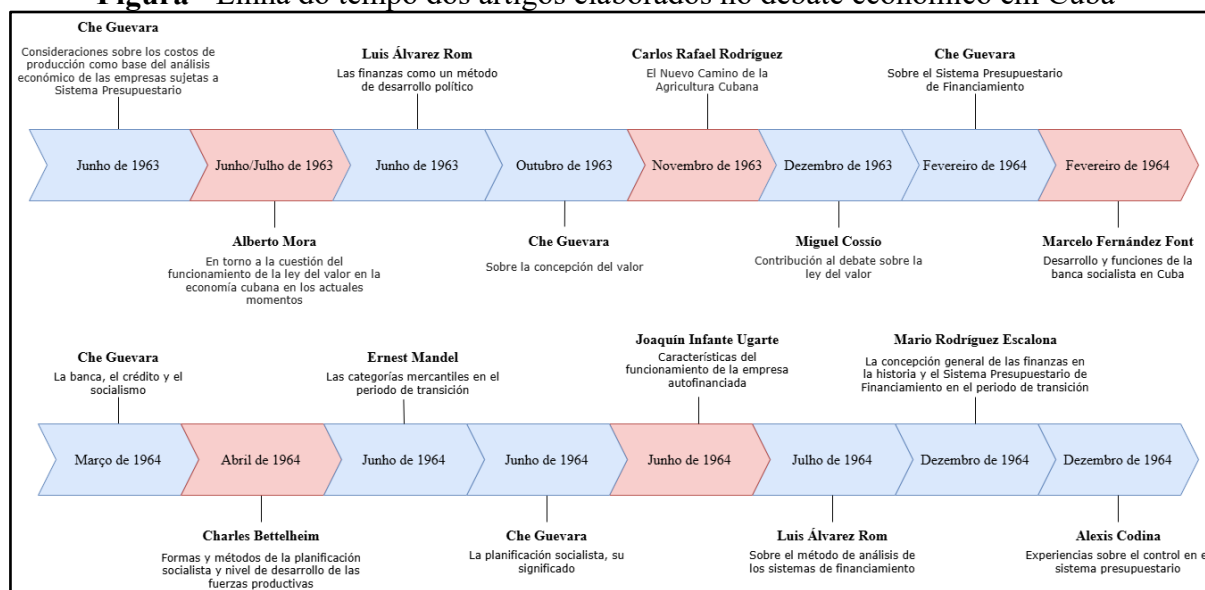
⁷ O Ministério de Indústrias na verdade idealizou três revistas, além da *Nuestra Industria Económica* existia *Nuestra Industria* (1961) dirigida por Juan Valdés Gravalosa, e *Nuestra Industria Tecnológica* (1962), editada por María Teresa Sánchez e supervisionada por Tirso Sáenz. Todas com o objetivo de divulgar os avanços que estavam ocorrendo na indústria cubana, além dos debates entre os autores ligados à economia cubana. (Pericás, 2018).

⁸ É importante aclarar ao leitor que os textos foram extraídos de duas bibliografias: “Textos Econômicos Para a Transformação do Socialismo” (1987) da editora Edições Populares, em língua portuguesa, e a outra “El Gran Debate: Sobre la Economía en Cuba” (2006) do editorial Ocean Sur, em língua espanhola. Assim manteremos os títulos dos artigos na língua da fonte utilizada.

⁹ É válido ressaltar que, além dos textos do debate, também utilizamos ao longo do artigo as contribuições de Joana Salém Vasconcelos em “Acumulação socialista originária e o debate econômico da transição em Cuba”

Segundo Ernest Mandel, podemos compreender quatro questões sobre o debate, duas de ordem prática e duas de ordem teórica. As questões práticas seriam sobre a organização das empresas e a importância relativa dos estímulos materiais, já as de ordem teórica seriam referentes ao papel exato da lei do valor e a natureza estrita dos meios de produção estatizados. Nesta última, a grande questão era a reflexão se a elaboração de um produto era ou não mercadoria (Mandel, 1982). A figura abaixo busca exemplificar a ordem cronológica das contribuições que formaram o “El Gran Debate”.

Figura - Linha do tempo dos artigos elaborados no debate econômico em Cuba*



Fonte: Euzebio, 2024.

* Destacados em azul os artigos que defenderam o Sistema Orçamentário de Financiamento e em vermelho os artigos que defenderam o Cálculo Econômico.

É válido ressaltar que o debate ocorreu de maneira pública na ilha e foi realizado por funcionários e pensadores de diversos setores e posições acadêmicas diferentes. Todos, com a exceção de Guevara, eram formados em economia, o guerrilheiro argentino por sua vez teve sua formação acadêmica em medicina, sendo seu acúmulo em teoria econômica fruto de sua militância revolucionária.

O “El Gran Debate”

O primeiro tema de debate apresentado aborda a questão da lei do valor, em uma

(2011) e Luiz Bernardo Pericás em “Che Guevara e o debate econômico em Cuba” (2018), trabalhos que dialogam e ajudam a entender a profundidade do debate.

discussão elaborada pelos ministros Che Guevara e Alberto Mora¹⁰, além da rigorosa contribuição do economista cubano Miguel Cossío.

O texto inicial de Guevara chama-se *Consideraciones sobre los costos de producción como base del análisis económico de las empresas sujetas a Sistema Presupuestario* (junho de 1963, Nuestra Industria Económica). O guerrilheiro, inicia o texto apresentando que o mercado capitalista é regido pela lei do valor, indicando que não é possível pensá-la fora do mercado capitalista, que seria o seu meio natural, ao mesmo tempo, pode-se dizer que a forma de expressão da lei é o próprio mercado. Já no socialismo, o mercado perde as características de livre concorrência e vai adquirindo outras formas, que são delimitadas pelo campo socialista (Guevara, 1982d).

Che explica que a escassez na sociedade cubana levaria ao aumento do preço regulado pela oferta-demanda dos produtos, contudo isso não ocorreu, pois o governo cubano realizou um congelamento desses preços a partir de uma política de racionamento. Assim, “o valor real das mercadorias não se pode expressar através do mercado” (Guevara, 1982d, p.172). O guerrilheiro elucida que em uma economia planificada socialista poderia haver uma nova relação de preços, que se daria a partir de um controle diferente daquele encontrado no mundo exterior, utilizando-se de um processo de produção e distribuição conjunto, e realizando cálculos aproximados dos custos da produção (Guevara, 1982d). Na sequência, Guevara indaga como se daria o controle dos preços, e como coincidiriam os preços com o valor, para o autor, esses seriam os problemas mais sérios para a economia socialista. Ele apresenta que, na URSS, a planificação seguiu o modelo do Cálculo Econômico, em suas palavras, o modelo de autogestão financeira consistia em:

[...] estabelecer controles globais, refleti-los através das finanças, fazer dos bancos órgãos de controle primário da atividade da empresa e desenvolver adequadamente o estímulo material, de maneira que, submetido às regras necessárias, sirva para provocar a tendência independente ao aproveitamento máximo das capacidades produtivas, o que se traduz em benefícios maiores para o operário, individualmente, e para o coletivo da fábrica. Neste sistema, os créditos concedidos às empresas socialistas são cobrados com juros, como meio de acelerar a rotação dos produtos (Guevara, 1982d, p.173).

Logo na sequência Che descreve o SOF, caracterizado pela centralização de toda atividade financeira das empresas sua realização necessitava de um avanço contábil elevado, o que impediria uma possível burocracia. Nesse artigo Guevara elaborou as primeiras ideias que estavam sendo colocadas em prática no Sistema Orçamentário, onde argumentava que no SOF

¹⁰ Alberto Mora neste momento ocupava o cargo de Ministro de Comércio Exterior.

o banco teria apenas a função de fornecer quantias, previamente estabelecidas em orçamento, para as empresas. Algo que poderia ocorrer no CE, mas no caso do SOF não haveria juros, já que não existiriam relações entre diferentes personalidades jurídicas. De forma geral, o que ocorria nas empresas do SOF, era um fluxo de realização de produtos, que só se tornariam mercadoria quando fossem vendidos ao consumidor final, já que, dentro da produção, tudo que era produzido pertencia ao setor estatal (Guevara, 1982d).

Já neste texto, Guevara compreendia que o SOF poderia funcionar, mas que ele estava sujeito a falhas, apontando para a questão da falta de estímulo material, um dos pontos fundamentais de divergência das correntes apresentadas. Todavia, a preocupação principal deste texto eram os custos, sobre eles o autor argumenta que deveria existir uma grande análise para o cálculo, a fim de não haver distorção nos preços a partir de um mercado externo (Guevara, 1982d).

Logo na sequência Alberto Mora, ministro do Comércio Exterior e defensor do Cálculo Econômico, escreveu o texto *En torno a la cuestión del funcionamiento de la ley del valor en la economía cubana en los actuales momentos*¹¹ (Nuestra Industria Económica, julho de 1963), a publicação visava responder às ideias apresentadas por Che e seus companheiros sobre o SOF. Todavia, já no início do artigo, explicita que se limitaria às questões da lei do valor. Apesar de ser uma resposta direta ao texto de Che, o autor não faz questão de citar diretamente o guerrilheiro em sua argumentação.

Mora argumenta que a lei do valor em geral é importante, pois regula a economia. O ministro recupera os debates econômicos de Preobrajenski e Bukharin para afirmar que, em oposição a Preobrajenski, Bukharin já argumentava pela continuidade da existência da Economia Política enquanto uma ciência no socialismo¹² (Mora, 2006).

Mora utiliza a obra *Problemas económicos do socialismo na URSS* de Stalin, onde o líder soviético admite a existência da lei do valor dentro da URSS nos anos 1940. Contudo, a lei atuava de forma “limitada”, já que não existiam meios de produção privados e que seu papel era de regular a produção (Mora, 2006). De modo geral, Mora queria expressar que apesar de existirem posições contrárias, havia um certo consenso em torno da existência da lei do valor como reguladora da produção na URSS. O autor resolve regressar em alguns escritos econômicos de Marx para definir o que seria o “valor”, mostrando que, segundo Marx, o “[...]”

¹¹ O texto foi originalmente publicado em junho de 1963 na revista do Comércio Exterior.

¹² Anteriormente, Rosa Luxemburgo, e o próprio Bukharin, afirmaram que a Economia Política (enquanto uma ciência) terminaria no socialismo, já que se tratava de uma “ciência da economia capitalista”, contudo, Bukharin mudaria sua opinião ao longo dos anos.

trabalho socialmente necessário” não é o valor, mas sim a “magnitude do valor” (ou seja, a medida do valor), mas não o valor em si, assim busca definir o que seria “valor”:

[...] solamente un tipo de trabajo crea valor: el trabajo socialmente necesario. Eso es, la aplicación a la satisfacción de una necesidad socialmente reconocida, de los recursos limitados disponibles. Es, pues, precisamente esta relación la que se expresa en la categoría valor; ella es, en sí misma, el valor (Mora, 2006, p.22).

Assim, podemos compreender que a diferente visão de Mora sobre qual seria o papel da lei do valor no socialismo está na verdade ligada propriamente à sua concepção de valor (Vasconcelos, 2011). Em suma, seu artigo (que foi sua única contribuição ao debate) serviu para expor sua defesa do CE, já que compreendia que a planificação socialista deveria utilizar da lei do valor. Segundo Joana Salém Vasconcelos:

Mora pensa que o não reconhecimento da existência das leis do valor, como se pratica no SOF, acarretaria erros no plano que comprometeriam a acumulação socialista originária. [...] No SOF (que) é exatamente o contrário. O plano deve reduzir o espaço das ‘liberdades mercantis’ (Vasconcelos, 2011, p.36).

A autora define que “Mora chega perto da economia política clássica, adotando como critério definidor do valor a relação oferta/procura (ou recursos/necessidades).” (2011, p.37) Mora adentra os textos de Marx sobre a concepção do valor para expor sua leitura e reafirmar suas teses, e conclui apresentando que em Cuba continuava operando a lei do valor, e que o setor industrial não constituía “uma só grande empresa” (Mora, 2006, p.26).

Che rapidamente elaborou o texto *Sobre la concepción del valor* (outubro de 1963, Nuestra Industria Económica). Como o próprio título demonstra, a argumentação buscava apresentar alguns elementos de resposta à concepção de valor de Alberto Mora. Che se preocupa em responder três elementos: primeiro, sobre a definição de Mora sobre valor, a qual citamos acima, o Ministro de Indústrias responde da seguinte forma:

Observemos: Mora atribui à frase ‘socialmente necessário’ um sentido diferente do que tem, quer dizer, o de ser necessário para a sociedade, quando na realidade, se exprime aqui como a medida do trabalho que a sociedade, em seu conjunto, necessita fazer para produzir um valor. Mora termina afirmando que a relação entre as necessidades e os recursos é o valor.

É evidente que se a sociedade não reconhece uma utilidade no produto, este não tem valor de troca (daí, talvez, o erro conceitual de Alberto Mora, ao referir-se ao trabalho socialmente necessário), mas não é menos evidente que Marx identifica a ideia de valor com a de trabalho abstrato (Guevara, 1982b, p.179).

Sobre a questão da defesa de Alberto Mora de que a lei do valor pode continuar operando

em uma sociedade socialista por meio de um plano econômico central, Guevara responde que, juntamente com a planificação e controle econômico na sociedade socialista, as medidas administrativas que buscarão cada vez mais corrigir os problemas econômicos seriam contrárias à lei do valor, já que essa busca regular as relações mercantis. Se há um controle econômico realizado por parte da planificação, a lei do valor tem cada vez mais seu funcionamento enfraquecido (Guevara, 1982b).

Como citamos anteriormente, Mora afirmou que em Cuba todo setor estatal não tinha se constituído em “uma só grande empresa”. Guevara afirma que, quando comentou sobre o tema com Alberto Mora, não se referia a todo setor estatal, mas sim àquelas indústrias ligadas ao Ministério de Indústrias. Argumentou saber que na prática todo setor estatal não era (ainda) “uma só grande empresa”, mas que baseia suas afirmações nos conceitos de Marx e Engels sobre a questão de quando um produto se torna mercadoria ao passar para o consumidor final através da troca.

Consideramos que a passagem de uma oficina à outra, ou de uma empresa para outra, no sistema orçamentário desenvolvido, não pode ser considerado como um ato de troca; simplesmente um ato de formação ou adição de novos valores mediante o trabalho. **Ou seja, se mercadoria é aquele produto que troca de propriedade mediante um ato de troca, ao estarem todas as fábricas dentro da propriedade estatal no sistema orçamentário, onde não se produz este fenômeno, o produto somente adquirirá características de mercadoria quando, chegando ao mercado, passe para as mãos do povo consumidor** (Guevara, 1982b, p.181-182).

Che finaliza seu texto saudando Mora pela iniciativa de iniciar uma confrontação com as figuras defensoras do SOF. Apesar das divergências e de achar que deveria ter um cuidado na forma e método da discussão, ele compreende que ali inicia-se a polêmica entre as duas correntes de pensamento sobre o sistema de financiamento, que poderia ser de grande proveito para a ilha e para a formação da teoria marxista.

Em dezembro de 1963, Miguel Cossío, economista e funcionário da Junta Central de Planificação (Juceplan)¹³, escreveu *Contribución al debate sobre la ley del valor* (Nuestra Industria Económica). Defensor do SOF, ele também elaborou uma crítica ao texto de Alberto Mora, mas diferentemente de Guevara, produziu um artigo maior, com mais elementos de resposta ao Ministro do Comércio do Exterior. O autor argumenta que a afirmação de Mora de que a lei do valor é um regulador da produção não é a verdadeira definição da lei do valor, para o economista (assim como para Che e demais defensores do SOF), a lei constitui-se

¹³ A Juceplan foi o primeiro órgão instituído pelo governo revolucionário para planejar a política econômica. (Pericás, 2018)

necessariamente com a base da produção de mercadorias, para ele:

El funcionamiento de la ley del valor no se limita a regular la producción en el capitalismo, sino que tiene un contenido muchísimo más profundo [...] La ley del valor es la forma que adquiere la ley general del trabajo social (inherente a la naturaleza de la sociedad humana) en las sociedades mercantiles. Es, por tanto, una forma *histórica* de manifestarse una ley de la naturaleza, entendido el hombre como su producto y su actividad o trabajo una actividad, que en tanto humana es natural (Cossío, 1982, p.40).

Deste modo, o economista compreende que Mora erra ao confundir a lei do valor com uma “lei da natureza” (isto é, com a lei geral do trabalho social)¹⁴. No decorrer do texto, Cossío adentra uma série de respostas a trechos do texto de Alberto Mora, utilizando-se de textos de Marx para argumentar que a concepção de valor do ministro era equivocada, além de afirmar, assim como Che, que a existência da lei do valor que opera através do plano econômico não poderia ocorrer, pois a necessidade da planificação é justamente criar formas de desenvolvimento das necessidades econômicas para povo, não se limitando a regular as relações de trocas mercantis, papel da lei do valor (Cossío, 1982). Miguel Cossío escreveu apenas esta contribuição ao debate, todavia, o economista apresentou um grande rigor teórico e metodológico para a defesa da não utilização da lei do valor na economia cubana.

Em meio às publicações em torno da discussão sobre a planificação e lei do valor aqui apresentadas, Luis Álvarez Rom, ex-presidente do BNC e Ministro da Fazenda, realizou sua primeira contribuição no artigo denominado *Las finanzas como un método de desarrollo político* (Cuba Socialista), em junho de 1963, onde visava apresentar a importância que as finanças possuem como um instrumento essencial para o desenvolvimento político e econômico para uma revolução socialista. Rom busca resumir o debate da transição soviética de 1920, e ao se direcionar à Cuba, compreende que se trata de um processo específico de características próprias (Rom, 2006a). Ao citar os dois sistemas existentes em Cuba, entende que nenhum dos dois (por motivos diferentes) poderiam ser aplicados de forma prática.

En el momento actual, sin embargo, tenemos que reconocer que existen limitaciones que impiden la aplicación práctica con toda su intensidad, de los objetivos que persiguen ambos sistemas; en unos casos, por deficiencias organizativas resultantes de la falta de calificación en el personal disponible y, en otros, por la necesidad de un mayor desarrollo en la conciencia política. Es por eso que el autofinanciamiento resultaría implacable si se estableciera con todas las complejidades de un sistema totalmente elaborado, tal como se aplica

¹⁴ É importante aclarar ao leitor, que Cossío ao indicar o erro de Mora em comparar a lei do valor à “lei da natureza” não está compreendendo a economia enquanto uma ciência natural. Cossío se refere ao livro 1 do Capital, no qual Marx compreende o trabalho socialmente necessário enquanto natural da existência humana, e a lei do valor é a forma que a lei geral do trabalho socialmente necessário adquire em sociedades mercantis.

en otros países socialistas; y el Sistema Presupuestario no podría contener hoy la finalidad que se propone, porque falta aún base organizativa y desarrollo político (Rom, 2006a, p. 160).

Rom reconhece a existência de algumas leis na sociedade socialista: 1) a lei do desenvolvimento harmônico e proporcional; 2) a lei do valor; 3) o princípio regulador da distribuição dos produtos do trabalho; e 4) o princípio da direção econômica sobre a base do centralismo democrático. O texto não se caracterizou como uma crítica ou defesa de determinado sistema, mas sim um estímulo às formulações futuras buscando aprimorar alguns conceitos de disciplina financeira (Rom, 2006a).

Em novembro de 1963, Carlos Rafael Rodríguez, então presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), tem seu texto *“El Nuevo Camino de la Agricultura Cubana”* publicado na Revista Cuba Socialista. O texto é focado no caminho que as indústrias comunistas deveriam seguir, o centralizado (SOF) ou o descentralizado (CE), o objetivo era explicar como funcionava naquele momento o setor agrário cubano, após quatro anos da revolução e as duas leis de reforma agrária.

Rodríguez nunca elaborou uma resposta direta a Che ou a outros defensores do SOF, todavia sua defesa da autogestão financeira pode ser vista neste texto. Diferente de outros defensores da autogestão, Rodríguez se preocupou apenas em explicitar a argumentação a favor de uma gestão descentralizada na agricultura cubana, o economista cubano reconheceu a importância da centralização para a planificação no início da reforma agrária, porém, naquele momento entendia que a centralização poderia levar a “vícios e perigos”, sendo o principal deles o centralismo burocrático. Assim defendia a descentralização das granjas agrícolas, dividindo-as de forma regional. (Rodríguez, 1963).

Para Joana Salém Vasconcelos (2011), fica nítido que as divergências entre as ideias de Rodriguez e do Sistema Orçamentário tem uma nova forma em relação ao que estava ocorrendo, aqui não se trata da interpretação da teoria da lei do valor e sua aplicação na sociedade socialista, e sim, do caráter gerencial das empresas estatais. O campo de discussão é entre haver uma administração central ou administrações descentralizadas, sendo assim, mais passível de uma solução:

[...] é significativo que a refutação das teses de Guevara não tenha sido realizada por Carlos Rafael Rodríguez, que era responsável pelo lugar onde a autogestão financeira se aplicava com maior êxito. Na realidade, Rodríguez interveio na polêmica uma só vez e de maneira indireta no artigo sobre a agricultura cubana. [...] É provável que, como argui De Santis, o persistente silêncio de Rodríguez possa ser interpretado como um firme propósito de evitar um encontro frontal com Guevara, que tivesse tornado a polêmica

áspera e pessoal, com os consequentes riscos para a unidade do grupo dirigente da Revolução (apud Mandel 1982a, p.276).

O que fica explícito, acima de tudo, é que o INRA era o órgão que administrava outro setor agrário das empresas cubanas, e com a adoção do sistema do Cálculo Econômico era nítido o funcionamento simultâneo do SOF e CE na economia da ilha. De um lado, o SOF operava nas empresas do Ministério de Indústrias, e, de outro, o CE operava nas granjas agrícolas administradas pelo INRA.

Na sequência foi publicada a contribuição única do Presidente do BNC, Marcelo Fernández Font, *Desarrollo y funciones de la banca socialista en Cuba* (março de 1964, Cuba Socialista). Próximo às ideias do CE, ele procurou debater alguns aspectos relacionados ao papel do banco no socialismo. Seu texto buscou apresentar as origens do banco, que nasce junto à sociedade mercantil, além de também expor qual papel este poderia assumir no socialismo. É relevante evidenciar que Font comenta as divisões bancárias existentes nos países do bloco socialista europeu, que se organizaram em quatro formas: um banco central; um banco de investimento; um banco de operações internacionais e um banco para as poupanças. E apesar de defender o mesmo modelo de autogestão na economia socialista, diferencia-se ao argumentar a favor de “um banco único do Estado” que poderia exercer as quatro funções, vendo isso como uma tendência futura nos países europeus. O economista ainda explicou que no caso cubano, o BNC detinha sete funções: “1) Regulação da circulação monetária; 2) Centro de ajustamentos e pagamentos do país; 3) Concessão de crédito; 4) Financiamento dos investimentos; 5) Administração de divisas e operações internacionais; 6) Organização das poupanças da população; 7) Controle econômico bancário” (Font, 1982, p. 205), detalhando na sequência cada uma delas.

Font tendeu, em seu texto, a se colocar ao lado do CE, já que defendia que o banco deveria possuir uma função de financiador, credor e a existência de uma personalidade jurídica própria, o oposto do defendido pelos idealizadores do SOF, que viam no banco apenas a função de controle dos fundos (Font, 1982, p. 210). O autor ainda comenta que faltava “disciplina financeira” para empresas do SOF em relação a cobranças e pagamentos:

Algumas destas empresas não parecem estimuladas a cobrar suas mercadorias e serviços, pois têm suas despesas cobertas e para elas só representa deixar de contribuir para o orçamento; se para pagar seus salários tivessem que pressionar a cobrança de suas contas, a situação seria outra. O mesmo pode se dizer quanto aos seus pagamentos (Font, 1982, p. 211).

Font assinala que o BNC era um dos órgãos da economia cubana com maior número de funções, e que seu uso seria otimizado no sistema de autogestão e limitado no sistema

orçamentário de financiamento. Porém, o presidente do BNC se esquivou da disputa e atribuiu ao governo o papel de manter os dois sistemas funcionando simultaneamente, embora fique clara sua preferência pelo Cálculo Econômico, que permitiria a maior funcionalidade bancária (Font, 1982).

No mês seguinte, em março de 1964, Che Guevara também elabora um artigo específico sobre a questão bancária como resposta direta à Font. No texto chamado *La banca, el crédito y el socialismo* (Cuba Socialista¹⁵), Guevara afirma que a análise que Font faz é equivocada, tanto sobre a origem do banco, quanto da sua função. Ao entrar na questão do papel dos bancos, em relação ao surgimento das notas bancárias, o guerrilheiro afirma que:

É importante assinalar, para fins posteriores, que o dinheiro reflete as relações de produção; não pode existir sem uma sociedade mercantil. Podemos dizer também que um banco não pode existir sem dinheiro e, finalmente, que a existência do banco está condicionada às relações mercantis de produção (Guevara, 1982e, p. 215).

Por isso Guevara acreditava que as atividades realizadas pelos bancos se baseavam nas relações mercantis, algo a que ele se opunha na sociedade socialista. Ao citar as sete tarefas do banco, que Font afirmava que existiam, Guevara dá atenção a três pontos: a questão do crédito bancário; a questão do investimento; e a gestão do controle econômico bancário, a qual adentra o debate dos dois sistemas de financiamento. Sobre os créditos, utiliza-se de textos de Marx para afirmar que o sistema de créditos é tipicamente inerente ao sistema capitalista de produção. Contesta Font também na questão dos financiamentos, alegando que por essa ser uma tarefa econômico-política deveria ser de responsabilidade da Juceplan e não uma atividade bancária. (Guevara, 1982e).

Sobre o debate dos dois sistemas, Che retorna aos argumentos apresentados nos outros artigos publicados por ele, e compreende que Font faz uma análise errônea sobre o papel das empresas do SOF, já que utiliza conceitos da economia clássica para definir o papel do banco, algo rejeitado por defensores do SOF, que viam no banco um protagonismo no sistema capitalista, mas não no socialismo (Guevara, 1982e).

A primeira intervenção internacional foi feita pelo economista francês Charles Bettelheim, com seu artigo *Formas y métodos de la planificación socialista y nivel de desarrollo de las fuerzas productivas* (abril de 1964, Cuba Socialista). Bettelheim, neste momento, possuía uma grande relevância entre os teóricos marxistas, tendo seus estudos

¹⁵ Relevante explicitar que se tratava do primeiro texto do Ministro de Indústrias que foi publicado em outra revista, até aquele momento Che só havia publicado seus artigos na Nuestra Industria Económica, de seu próprio ministério.

voltados à planificação econômica. Em seu texto apresentou diversas obras de Marx, Lenin, Stalin e Mao, e defendeu o sistema de autogestão. O artigo escrito de forma bastante complexa, apresentou argumentos em que compreendia ser irrealista pensar uma “única grande empresa” estatal de produção. Para ele, o que deveria existir era um método de planificação centralizado, mas com certa flexibilização econômica, assim havendo uma descentralização no gerenciamento, além de realizar a defesa do uso consciente da lei do valor (Bettelheim, 1982).

Em junho de 1964, Ernest Mandel, economista belga ligado à quarta internacional, tratou de rebater o posicionamento de Bettelheim em seu texto *As categorias mercantis no período de transição* (Nuestra Industria Económica). Assim como Bettelheim, o autor não adentra as questões práticas do debate cubano, não mencionando diretamente o SOF, por exemplo. O economista belga tratou de apresentar uma série de respostas, nas quais afirmava que Bettelheim cometeu erros metodológicos ao analisar textos de Marx e Lênin sobre as categorias mercantis durante o processo de transição (Mandel, 1982b).

Seu posicionamento, não destoou muito daqueles apresentados pelos defensores do SOF, Mandel compreendia a necessidade de um avanço na contabilidade dos custos na sociedade socialista, e apesar de admitir a existência das categorias mercantis nesta fase do socialismo, defendia a luta contínua contra a lei do valor através da planificação socialista, além de defender a necessidade dos estímulos morais (Mandel, 1982b). Anos mais tarde, elaborou uma espécie de resumo sobre o debate cubano¹⁶, onde expôs os principais temas, suas percepções e conclusões.

Assim como Mandel, Che Guevara elaborou uma resposta a Bettelheim, intitulada *La planificación socialista, su significado* (junho de 1964, Cuba Socialista). Tratou-se de uma contribuição breve e a última do guerrilheiro, na qual chamou atenção para dois erros cometidos por Bettelheim em seu texto: 1) uma interpretação errônea da correlação entre as forças produtivas e as relações de produção; e 2) atribuir à estrutura jurídica uma possibilidade de existência própria. Che repete suas defesas apresentadas nos outros artigos, negando novamente o uso consciente da lei do valor, e reafirmando que a planificação centralizada é o modelo de organização econômica que deve existir na sociedade socialista (Guevara, 1982c).

Ainda em junho de 1964, na mesma edição da revista Cuba Socialista (Nº 34), Joaquín Infante Ugarte, Diretor de Finanças e Preços do INRA, realizou seu aporte ao debate no artigo *Características del funcionamiento de la empresa autofinanciada*. Assim como Carlos Rafael

¹⁶ Ernest Mandel, em 1967, escreveu *O debate econômico em Cuba, durante o período 1963-1964*, onde teceu comentários sobre sua percepção do debate cubano, além disso, apresentou suas perspectivas para o futuro da economia do país.

Rodríguez, Ugarte realizou uma exposição das características das empresas autofinanciadas, ao mesmo tempo em que procedeu sua defesa deste sistema. O texto foi dividido em quatro partes: primeiramente, apresenta as características das empresas; na segunda parte, mostra as desvantagens de não adotar o método de autogestão; na terceira, expõe o funcionamento do autofinanciamento das empresas do INRA; e na última apresenta suas considerações finais (Ugarte, 2006).

Em princípio, Ugarte elenca características fundamentais das empresas autofinanciadas: 1) Gestão planejada, as empresas têm independência de direção, mas suas atividades deveriam operar dentro do plano de economia nacional; 2) “Dispor de receitas para cobrir despesas de produção ou operação e suas obrigações com o orçamento”; 3) Serem rentáveis, alcançar algum benefício ou utilidade como fruto de suas atividades econômicas; 4) Receber do Estado os meios básicos (como maquinaria, equipamentos, etc.); 5) Utilizar crédito bancário; 6) Fazer investimentos descentralizados; 7) As empresas devem ter personalidade jurídica própria e sua relação com as demais é por meio de compra e venda; 8) Utilizar em proporção correta os estímulos materiais e morais; 9) Responsabilidade material pelo uso e guarda dos meios concedidos pelo Estado; 10) Usar em benefício da sociedade as categorias econômicas (custos de produção, salário, preço e sistema fiscal); 11) Elaborar a condição financeira (registrando todas as operações de contabilidade); 12) a existência de um controle financeiro feita por órgãos centrais, Banco Nacional e Ministério da Fazenda (Ugarte, 2006). Posteriormente o autor elenca os problemas das empresas que não usam o sistema de autogestão, as empresas ligadas ao SOF apresentavam como suas características (grosso modo) o oposto das enumeradas pelo autor como fundamentais nas empresas de autogestão.

Já sobre as empresas do INRA, comenta que cada vez mais se consolidava o sistema de autogestão, mostrando o quão eficiente o sistema se apresentava na redução de custos e no aumento da produtividade, inclusive apresentando dados financeiros positivos de uma empresa de tabaco. O autor finaliza o texto argumentando que não negava alguns benefícios que poderiam existir no SOF, mas que o sistema não condizia com a conjuntura cubana, e que poderia ser utilizado em uma “etapa mais avançada” (Ugarte, 2006, p. 133-135). Assim como Rodríguez, Ugarte estava convencido que o Cálculo Econômico era o melhor sistema de financiamento para a economia cubana, já que estavam preocupados com a redução de custos e o aumento da produtividade, sendo os avanços tecnológicos soviéticos como seu horizonte de desenvolvimento econômico.

No mês seguinte, Luis Álvarez Rom escreveu sua segunda contribuição, o artigo denominado *Sobre el método de análisis de los sistemas de financiamiento* (julho de 1964, Cuba

Socialista). O ministro da Fazenda argumenta que inicialmente escreveria sobre o financiamento de investimentos, mas com os artigos de Che e Ugarte publicados na edição anterior da revista, decidiu escrever sobre o método de análise sobre os sistemas. Mais especificamente, Rom elabora uma análise e respostas ao texto de Joaquín Infante, o autor se limita a comentar alguns pontos: o segundo, no qual Ugarte expõe argumentos dos erros em não adotar o sistema de autofinanciamento, e o quarto, que são as considerações finais de Ugarte sobre o tema (Rom, 2006b).

Sobre os erros em não adotar o sistema de autofinanciamento, como apresentamos acima, Ugarte listou uma série de argumentos e Rom respondeu a cada um deles. O autor se utiliza de textos marxistas e respostas já elaboradas por Che Guevara ao longo do debate para dizer que, de forma geral, Ugarte não adentra de forma adequada a discussão sobre ambos os sistemas. Ao mesmo tempo, Rom condena suas críticas em variadas esferas sobre o funcionamento do SOF (Rom, 2006b).

Em dezembro de 1964, na mesma edição da Nuestra Industria Económica, são publicados os dois últimos textos do “El Gran Debate”. Um deles foi o artigo de Mario Rodríguez Escalona, vice-ministro do Ministério da Fazenda, intitulado *La concepción general de las finanzas en la historia y el Sistema Presupuestario de Financiamiento en el periodo de transición*¹⁷. A contribuição consistiu em um recorrido histórico elaborado por Escalona onde comenta a importância das finanças desde o período feudal, discorrendo sobre a transição para o capitalismo, a mudança das características econômicas e início das relações mercantis (Escalona, 2006). Em seguida, aborda a transição socialista na Rússia, desde os conceitos marxistas iniciais, até os primeiros debates sobre a existência de categorias mercantis no socialismo, encabeçado pelas formulações de Lênin na Revolução Russa a partir da introdução da Nova Política Econômica (NEP)¹⁸ (Escalona, 2006).

Ao adentrar a questão cubana, Escalona argumenta que as especificidades da revolução em Cuba, a expropriação das empresas filiais dos monopólios estadunidenses, ajudaram na organização das empresas do SOF:

Podemos decir, pues, que como técnico, el antecesor del Sistema

¹⁷ Originalmente o artigo foi produto de um pronunciamento feito por Mario Rodríguez Escalona em 17 de outubro de 1964 na Universidade Central de Las Villas.

¹⁸ A NEP foi uma política econômica elaborada em 1921 na URSS, buscando solucionar o problema de disputa entre campo e cidade na economia soviética logo após a guerra civil de (1918-1921). Ela buscava aumentar a produção econômica, o abastecimento e estabelecer um equilíbrio nas trocas entre campo e cidade, assim liberando a existência do excedente privado e o livre comércio (Vasconcelos, 2014, p. 35-36).

Presupuestario de Financiamiento el monopolio imperialista radicado en Cuba, y que había sufrido ya las variaciones inherentes al largo proceso de desarrollo de la técnica de conducción y control, que va desde los albores del sistema monopolista hasta nuestros días, en que alcanza sus niveles superiores. Ese desarrollo técnico, especialmente en la contabilidad, ayudó al trabajo de nacionalización llevado a cabo por la revolución, y facilitó, de manera indirecta, cierto ámbito financiero de la natural confusión que provoca un acontecimiento de profundas raíces sociales (Escalona, 2006, p. 211).

Destaca porém que vários fatores contribuíram para a perda de parte da “organização, contabilidade, controle e saber” que havia nas empresas capitalistas, como: medidas derivadas de ordem política e econômica; a imigração de força de trabalho qualificada das empresas de difícil substituição imediata; e “conceitos imaturos” no início da revolução sobre procedimentos organizativos e de controles estabelecidos nas empresas, que foram destruídos pelo simples fato de serem capitalistas (Escalona, 2006). O vice-ministro da Fazenda realça como era a existência do SOF naquele momento, ressaltando seu otimismo com seu desenvolvimento:

El Sistema Presupuestario de Financiamiento se encuentra operando solamente en nuestro país y está aún en las primeras etapas de su desarrollo, pero creemos firmemente que su esquema de acción, convenientemente desarrollado, puede elevar la eficacia de la gestión económica del Estado socialista, profundizar la conciencia de las masas y cohesionar más el sistema mundial socialista sobre la base de una acción integral (Escalona, 2006, p. 214).

Já na parte final do texto, também argumenta em favor das vantagens do SOF, que em suma eram: a organização centralizada visando um maior controle de custos, o rechaço ao uso da lei do valor no processo produtivo e a defesa do avanço nos estímulos morais (como a possibilidade de consolidação do sistema), sempre referenciando-se nas contribuições de Guevara e Rom (Escalona, 2006).

O outro artigo foi do economista e intelectual cubano Alexis Codina, chamado *Experiencias sobre el control en el sistema presupuestario*, trata-se de uma breve contribuição na qual o autor busca indicar suas experiências nas empresas do sistema orçamentário durante os anos de 1961-1964. Compreende (assim como Escalona) que a tomada das empresas dos monopólios ianques facilitou nos processos de contabilidade, já que as indústrias eram equipadas para isso, mas que ao mesmo tempo a dificuldade concentrou-se na escassez de força de trabalho qualificada. Codina indica que ao longo dos dois primeiros anos o governo buscou aprimorar o processo de contabilidade e a centralização das empresas (Codina, 2006). Já nas conclusões em defesa das empresas no SOF, enumerou alguns aspectos da aplicação do sistema: 1) o SOF contribuiu para evitar e para controlar a anarquia nos primeiros anos da revolução; 2)

permitiu um controle centralizado (com um certo grau de eficiência) das fábricas; 3) permitiu manter uma certa disciplina; 4) permitiu desenvolver uma consciência coletiva nos dirigentes das fábricas; 5) tornou-se necessário um estudo mais aprofundado da parte prática do sistema, levando em consideração as distintas fábricas, para superar algumas falhas, como problemas com investimentos menores, incorporações de oficiais, etc. (Codina, 2006).

O debate foi encerrado ao final de 1964, permanecendo existentes naquele momento os dois sistemas de financiamento simultaneamente. Guevara deixou Cuba em 1965, partindo para a guerrilha no Congo, e morreu em 1967, na luta armada na Bolívia. Todavia, em abril de 1965, em uma das últimas cartas a Fidel Castro, ainda debatera a questão econômica no socialismo, cada vez mais convencido dos erros soviéticos. O guerrilheiro até compreendia a importância dos estímulos materiais como alavanca do desenvolvimento, mas argumentava que “El interés material individual era el arma capitalista por excelencia y hoy se pretende elevar a la categoría de palanca de desarrollo, **pero está limitado por la existencia de una sociedad donde no se admite la explotación**” (Guevara, 1965, p. 3, grifo nosso).

Considerações finais

Para compreendermos o debate devemos, metodologicamente, separá-lo em sua parte prática e sua parte teórica. A separação é somente para entender que, no nível teórico, a divergência era quase que inconciliável, já que se tratava de duas concepções diferentes da organização econômica no socialismo. Para os defensores do SOF, o rechaço à lei do valor, a organização das empresas centralizadas por um órgão central, e o controle dos custos de produção e dos preços deveriam seguir uma rígida administração. Já para os defensores do CE, cuja influência dos manuais soviéticos era perceptível, os principais argumentos eram a defesa da organização descentralizada dos órgãos de produção, o uso da lei do valor visando a maior eficiência na produção e, conseqüentemente, um grande estímulo material (Vasconcelos, 2011).

No campo prático, a defesa do desenvolvimento industrial em Cuba era compreendida pelos dois lados. A existência dos dois sistemas mutuamente em diferentes setores é uma prova de que os dois lados ainda buscavam aprimorar seus modelos, e a lei que regulava a existência visava esse desenvolvimento. Guevara reconheceu que o SOF apresentava falhas ligadas à burocratização e à falta de eficiência de determinadas empresas (Vasconcelos, 2011), ao mesmo tempo em que via na prática a descentralização do setor agrícola cubano e dos países europeus apresentarem uma certa eficiência de produção, mesmo que o guerrilheiro enxergasse como um modelo de produção próximo ao modo capitalista.

Ao longo dos anos, por outro lado, Carlos Rafael Rodríguez (que na parte administrativa, tratou-se do principal “rival” de Guevara no debate, já que presidia o INRA), em um discurso de homenagem a Che, no vigésimo aniversário da sua morte, comenta suas percepções sobre o “El gran Debate” e sua relação amistosa com Guevara:

Se ha escrito mucho en el extranjero, y hay hasta libros hablando de las contradicciones del Che con algunos compañeros, y particularmente se me señala a mí. Yo tengo como orgullo el poder decir que, aunque algunas contradicciones existieron, en lo fundamental, en lo esencial, al abordar el problema económico, estuvimos siempre profundamente identificados y trabajamos juntos, con otros compañeros, para imponer un poco de orden en la economía cubana y por establecer aquello que para nosotros es vital: el control económico, cualquiera que sea el punto de partida (Rodríguez, 2006, p. 321).

Na sequência, Rodríguez reconheceu que as ideias de Guevara para controle dos custos e aumento de produção através de uma avançada contabilidade eram algo à frente do seu tempo:

Y el Sistema Presupuestario se basaba, en primer término, en el uso de las técnicas contables más avanzadas y una de la computación electrónica. En este terreno, Che, anticipándose a su tiempo, con una visión larga que él tuvo siempre, comprendió lo mucho que la naciente utilización de la computación podía dar a la economía como auxiliar valioso del control económico en todos los aspectos. Y una contabilidad fuerte, junto con una computación utilizada universalmente, eran la base del Sistema Presupuestario que él defendía (Rodríguez, 2006, p. 321).

Pericás ainda argumenta que, para Guevara, a defesa da aplicação do SOF era exclusivamente para o momento histórico cubano, já que suas preocupações eram essencialmente de ordem prática. Isso não quer dizer que o guerrilheiro concordasse com o autofinanciamento em outros casos, mas que os elementos obtidos de cada revolução deveriam levar a um rigor cada vez maior no modelo econômico por meio do qual viria a ser conduzido o processo de transição (Pericás, 2018).

Podemos aqui entender que o “empate” obtido no debate é fruto dos pontos positivos e negativos de cada um dos sistemas que continuaram a coexistir na ilha ao longo dos anos. Ernest Mandel, posteriormente, reconheceu os acertos e limitações de ambos os sistemas e defendeu existir um aprimoramento entre eles, levando a uma espécie de sistema combinado, caracterizado por uma “autogestão democraticamente centralizada” (Mandel, 1982a, p. 168). A preocupação do economista belga era justamente alinhar uma organização menos burocratizada pelo centralismo à redução do uso das categorias mercantis na sociedade socialista.

O debate, apesar de estar situado no campo econômico, era uma disputa sobretudo política sobre a forma de organização social que seguiria em Cuba. Os personagens que

realizaram a discussão estavam preocupados, acima de tudo, sobre como funcionaria a dinâmica da produção na ilha, que, ao apresentar elementos sociais modernos em relação a outros países socialistas, necessitava de outras formas de organização. Além disso, os debatedores não pautaram a discussão tendo como horizonte os números obtidos em uma nova produção, mas sim objetivavam que a nova organização econômica levasse a melhores condições de vida da população e ao avanço da sociedade comunista. Já em nível mundial, o debate representou inovações nas discussões sobre a organização da sociedade socialista, até então muitas vezes pautada por um único tipo de organização, indicado nos manuais soviéticos.

Ademais, apesar de não se tratar da análise principal feita neste trabalho, é válido ressaltar que a especificidade do caso cubano está alinhada à sua posição na divisão internacional do trabalho. Seu papel como país dependente, exportador de cana-de-açúcar e de seus derivados, possibilitou uma diferente organização na economia, tanto na organização prática com a utilização das indústrias expropriadas de monopólios imperialistas, quanto na questão da consciência da população, além é claro, de se tratar de um país de dimensões geográficas pequenas. Assim, Cuba aparentou ter muito mais unidade na organização da indústria e do campo do que a URSS, por exemplo, o que não impediu a existência de divergências internas.

Compreendemos aqui que os méritos dos dirigentes cubanos em avançar no debate da transição socialista foi histórico, mostrando aos comunistas de todo o mundo que não deveriam seguir à risca os manuais econômicos soviéticos, mas sim que precisavam questionar, aprimorar e aplicar, só assim seria possível avançar na organização da economia na sociedade socialista.

Por fim, salientamos a necessidade de uma maior atenção ao debate econômico sobre a transição socialista, mais especificamente em relação ao debate cubano, ainda pouco examinado. A exigência existe por dois motivos: primeiro, por uma necessidade de memória, sobre o quão importante foi a contribuição de todos os/as camaradas cubanos/as no desenvolvimento da teoria marxista, principalmente latino-americana. E, em segundo lugar, por uma necessidade de aprimoramento dos conceitos debatidos, os quais o movimento comunista necessita para novas formulações, buscando compreender a realidade material existente no momento de transformação social. Pontuamos, ainda, que neste artigo não pudemos nos debruçar sobre a questão da dependência cubana em sua totalidade, de forma que faz-se necessária uma análise futura minuciosa sobre quais são as implicações desta característica latino-americana para a organização da economia socialista em Cuba. Portanto, nosso próximo passo será dar continuidade na investigação do tema buscando entender a relação entre os dilemas apresentados no debate e as características da formação social cubana.

Referências

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS - INSTITUTO DE ECONOMIA. **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/ostrovitianov/1959/manual/index.htm>. Acesso em: 15 de fev. 2025.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS - INSTITUTO DE FILOSOFIA. **Materialismo dialético**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1955. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/materialismo/index.htm>. Acesso em: 15 de fev. 2025.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA URSS - INSTITUTO DE ECONOMIA. **História das Doutrinas Econômicas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ANDRADE, Patrick Rodrigues. A “lei do valor” e o projeto socialista. **Anais V Colóquio Internacional Marx e Engels**. Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: https://unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/sessao1/Patrick_Andrade.pdf. Acesso em: 20 de fev. 2025.

BETTELHEIM, Charles. Formas e métodos do planejamento socialista e nível de desenvolvimento das forças produtivas. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982. p. 226-240.

CODINA, Alex. Experiencias sobre el control en el sistema presupuestario. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 245-255.

COSSÍO, Miguel. Contribución al debate sobre la ley del valor. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 37-58.

ESCALONA, Mario R. La concepción general de las finanzas en la historia y el Sistema Presupuestario de Financiamiento en el periodo de transición. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 190-227.

EUZEBIO, Robert L. A. **O Debate da Gestão Econômica em Cuba (1963-1964): Aportes Sobre a Transição Socialista**. 2024. 90 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia) - Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2024.

FONT, Marcelo. F. Desenvolvimento e funções do sistema bancário socialista em Cuba. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982. p. 202-213.

GUEVARA, E. **Algunas reflexiones sobre la transición socialista [Carta a Fidel Castro – abril 1965]**. Cátedra Che Guevara e Colectivo Amauta. Disponível em: <https://www.lahaine.org/amauta/b2-img/CheFideltransicion.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2024.

_____. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006.

_____. **Textos Econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982a.

_____. A concepção do valor. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982b. p. 178-182.

_____. A planificação socialista e seu significado. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982c. p. 261-267.

_____. Considerações sobre o custo de produção como base para a análise econômica das empresas sujeitas ao sistema orçamentário. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982d. p. 172-177.

_____. O sistema bancário, o crédito e o socialismo. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982e. p. 214-225.

_____. O sistema orçamentário de financiamento. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982f. p. 183-201.

KHRUSHCHEV, N. **Informe Secreto al XX Congreso del PCUS [25 de febrero de 1956]**. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/khrushchev/1956/febrero25.htm>. Acesso em: 10 mar. 2024.

MANDEL, Ernest. O debate econômico em Cuba, durante o período 1963-1964. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982a. p. 165-171.

MANDEL, Ernest. As categorias mercantis no período de transição. In: GUEVARA, Ernesto. **Textos econômicos para a transformação do socialismo**. São Paulo: Edições Populares, 1982b. p. 241-260.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORA, Alberto. En torno a la cuestión del funcionamiento de la ley del valor en la economía cubana en los actuales momentos. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 17-28.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World Statistics Pocketbook 2024 edition**. Nova Iorque, 2024.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. 2. ed. São Paulo: Boitempo. 2018.

RODRÍGUEZ, Carlos. R. El Nuevo Camino de la Agricultura Cubana. **Cuba Socialista**. Havana, n. 27, p. 71-98, nov. 1963.

_____. Sobre la contribución del Che al desarrollo de la economía cubana. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba**. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 319-349.

ROM. Luis. A. Las finanzas como un método de desarrollo político. In: GUEVARA, E. **El Gran**

Debate: Sobre la economía en Cuba. 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006a. p. 154-162.

_____. Sobre el método de análisis de los sistemas de financiamiento. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba.** 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006b. p. 137-153.

STÁLIN, Josef V. **Problemas Econômicos do Socialismo na URSS.** Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1953. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1952/problemas/index.htm>. Acesso em: 10 mar. 2025.

VASCONCELOS, Joana Salém. Acumulação socialista originária e o debate econômico da transição em Cuba. **Leituras de Economia Política**, Campinas, n. 19, p. 21-49, dez. 2011.

_____. Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929). **Verinotio**, n. 18, p. 28-45, out. 2014.

UGARTE, Joaquín Infante. Características del funcionamiento de la empresa autofinanciada. In: GUEVARA, E. **El Gran Debate: Sobre la economía en Cuba.** 1. ed. Habana: Ocean Press. 2006. p. 108-136.